

setenta e dois reais e noventa centavos). **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 005/2021 - CPL, e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato **ASSINATURAS: André Rodrigues França** (Contratante) e **Irineu Gil Arruda Coelho** (Contratada).

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: c7f3e2817dc1ba4bcde8374ca9671416

EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 013/2021.

EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 013/2021. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2021. PARTES: Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **PRIMAVERA DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ nº 13.819.017/0001-17. **DO OBJETO:** O fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender a grande demanda das secretarias do Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. **DATA DA ASSINATURA:** 22 de março de 2021. **PRAZO DE VIGENCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e vigorará até 31/12/2021. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
10.302.02102-074- Manutenção de atendimento de alta e média complexidade e especialidade;
10.301.0203.2-048- Manutenção do Programa da Farmácia Básica;
10.301.0203.2-043- Manutenção do Programa de Vigilância de Saúde;
10.301.0017.2-073-Manutenção do Atendimento Básico (PAB, ACS, PSF, NASF, FB, SB, outros);
3.3.90.30.00.00- Material de consumo.
VALOR: R\$ 54.304,50 (Cinquenta e quatro mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos). **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 005/2021 - CPL, e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato **ASSINATURAS: André Rodrigues França** (Contratante) e **Raimundo Gomes Maia Neto** (Contratada).

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 0b3d48ac956a3c599e67e2d673124b88

EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 014/2021.

EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 014/2021. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2021. PARTES: Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **M C A COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.102.906/0001-29. **DO OBJETO:** O fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender a grande demanda das secretarias do Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. **DATA DA ASSINATURA:** 22 de março de

2021. **PRAZO DE VIGENCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e vigorará até 31/12/2021. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
10.302.02102-074- Manutenção de atendimento de alta e média complexidade e especialidade;
10.301.0203.2-048- Manutenção do Programa da Farmácia Básica;
10.301.0203.2-043- Manutenção do Programa de Vigilância de Saúde;
10.301.0017.2-073-Manutenção do Atendimento Básico (PAB, ACS, PSF, NASF, FB, SB, outros);
3.3.90.30.00.00- Material de consumo.
VALOR: R\$ 78.420,00 (Setenta e oito mil quatrocentos e vinte reais). **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 005/2021 - CPL, e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato **ASSINATURAS: André Rodrigues França** (Contratante) e **Elcione Dantas Rego** (Contratada).

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: bae79a08154ec1e86953ae6459a3f41d

EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 015/2021.

EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO Nº 015/2021. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2021. PARTES: Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **JOSÉ CARLOS RIBEIRO BRITO COMERCIO EPP**, inscrita no CNPJ nº 07.628.513/0001-90. **DO OBJETO:** O fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis visando atender a grande demanda das secretarias do Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. **DATA DA ASSINATURA:** 22 de março de 2021. **PRAZO DE VIGENCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e vigorará até 31/12/2021. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
10.302.02102-074- Manutenção de atendimento de alta e média complexidade e especialidade;
10.301.0203.2-048- Manutenção do Programa da Farmácia Básica;
10.301.0203.2-043- Manutenção do Programa de Vigilância de Saúde;
10.301.0017.2-073-Manutenção do Atendimento Básico (PAB, ACS, PSF, NASF, FB, SB, outros);
3.3.90.30.00.00- Material de consumo.
VALOR: R\$ 50.951,50 (Cinquenta mil novecentos e cinquenta e um real e cinquenta centavos). **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 005/2021 - CPL, e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato **ASSINATURAS: André Rodrigues França** (Contratante) e **José Carlos Ribeiro Brito** (Contratada).

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: e442f19d824e3cb1fadfaa759d658727

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL - CACS / FUNDEB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS

CNPJ (MF) 06.080.394/0001-11

Rua Ovídia Nogueira - Centro - Fone: (099) 3531-1303

CEP: 65.805-000 - Fortaleza dos Nogueiras (MA)

Decreto 101/2021 de 24 de março de 2021

Nomeia os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social - CACS / FUNDEB do município de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão para o biênio 2021-2022.

O PREFEITO MUNICIPAL de FORTALEZA DOS NOGUEIRAS - MA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL - CACS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) do município de Fortaleza dos Nogueiras - MA, de acordo com a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, com a seguinte composição.

1 - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Maria Avenides Lima de Moraes CPF: 271.791.503-63

Suplente: Eva Cristina Lima Costa CPF: 345.998.273-04

2 - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Luana de Souza Silva CPF: 039.224.023-80

Suplente: José Luis Neves de Sousa CPF: 658.214.593-20

3 - Representantes de Diretores de Escolas Públicas:

Titular: Osmarina Ataides Barros da Silva CPF: 471.224.803-30

Suplente: Leyka Nascimento Lopes CPF: 666.355.783-15

4 - Representantes de Estudantes da Educação Básica:

Titular: Angela Francisca da Conceição CPF: 612.482.813-81

Suplente: Alice Assunção Santos CPF: 060.240.303-04

5 - Representantes de Estudantes da Educação Básica Secundarista:

Titular: Sammy de Carvalho Dourado CPF: 612.449.223-74

Suplente: Ana Karen Miranda Nogueira CPF: 618.671.403-90

6 - Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Amelia Lucena da Silva CPF: 050.301.333-88

Suplente: Livia Sandes de Carvalho Coelho CPF: 005.957.313-92

Titular: Marinalva Alves Viana CPF: 010.170.253-12

Suplente: Ildevan Coelho dos Santos CPF: 363.992.993-49

7 - Representantes de Poder Executivo Municipal:

Titular: Itamar Dias de Brito CPF: 563.053.033-04

Suplente: Francisca Celene Sousa Ribeiro CPF: 499.506.733-72

8 - Representantes de Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Jane Mary Lima de Moraes Santos CPF: 563.597.213-68

Suplente: Nara Rejane Barros da Silva de Carvalho CPF: 606.967.313-12

9 - Representantes de Professores da Educação Básica:

Titular: Itamar Ribeiro de Sousa CPF: 401.204.143-68

Suplente: Gisleane Sousa Santos CPF: 812.960.533-34

10 - Representantes de Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Jaisson Ferreira Mendes CPF: 995.647.502-53

Suplente: Wuslane Queiroz de Araújo Caldas CPF: 057.892.613-02

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza dos Nogueiras, 24 de março de 2021.

Luiz Natan Coelho dos Santos - Prefeito Municipal

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA

Código identificador: aa30ea905ab86d3a60e5b4a5ec8e90c6

LEI 505/2021.

Lei 505/2021

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O Prefeito Municipal de Fortaleza dos Nogueiras, Estado Do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I ,DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do Fundeb, é criado para atender aos termos e exigências da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º A criação ora proposta é efetivada para atender o disposto nos artigos 34 e 42 da Lei Federal nº 14.113/2020.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho é constituído por membros titulares de caráter obrigatório e membros facultativos, acompanhados de seus respectivos suplentes, a saber:

I - São membros obrigatórios na composição do Conselho:

- 2(dois) representantes do Poder Executivo municipal, sendo pelo menos 1(um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- 1(um) representante dos profissionais do magistério das escolas de educação infantil e ensino fundamental pertencentes à rede municipal de ensino;
- 1(um) representante dos diretores das escolas de educação infantil e ensino fundamental pertencentes à rede municipal de ensino;
- 1(um) representante dos servidores técnico-administrativos pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- 02(dois) representantes de pais de alunos da rede municipal de ensino.

Art. 4º Devem compor ainda o Conselho Municipal do Fundeb, quando houver no Município:

- 1(um) representante do Conselho Tutelar;
- 1(um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- 01(um) representante efetivo e o suplente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STTR e um representante efetivo e um suplente do Clube de Mães.
- 1(um) representante de escolas indígenas (se houver)
- 1(um) representante das escolas de campo (se houver)

Parágrafo único. Para cada membro previsto neste artigo deverá ser eleito também um suplente.

Art. 5º Se a rede municipal de ensino tiver alunos matriculados no ensino fundamental regular, com idade superior a 16(dezesseis) anos ou emancipado, deve ter na composição do Conselho 02(dois) representantes destes alunos.

Parágrafo único. Não havendo alunos as condições estabelecidas no caput deste artigo, o Município poderá, a seu critério, permitir a presença de aluno com idade inferior, para acompanhar as sessões, apenas com direito a voz.

CAPÍTULO III

DA INDICAÇÃO, IMPEDIMENTOS E DURAÇÃO DO MANDATO

Art. 6º Os membros do Conselho serão indicados mediante os seguintes critérios:

I - Os representantes do Poder Executivo diretamente pelo Prefeito Municipal;

II - O representante dos profissionais do magistério pela entidade de classe (Sindicato ou Associação), ou, não havendo, indicado pelos seus pares em assembleias realizadas nas escolas;

III - O representante dos diretores também deverá ser indicado após reunião de todos os interessados;

IV - O representante dos servidores pela entidade de classe (Sindicato ou Associação), ou, não havendo, indicado pelos seus pares em assembleia;

V - A Associação de Pais, Professores e Funcionários - APMF deverá indicar os representantes dos pais de alunos;

§ 1º Os representantes facultativos serão indicados pelo Conselho Tutelar, pelo Conselho Municipal de Educação e pelas autoridades máximas das organizações da sociedade civil representativas.

§ 2º As organizações da sociedade civil a que se refere o parágrafo anterior devem possuir as seguintes características e condições:

I - Devem ser organizadas como pessoas jurídicas sem fins lucrativos;

II - Desenvolver atividades direcionadas à população do Município;

III - Devem estar funcionando há pelo menos 1(um) ano;

IV - Não podem figurar como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração do Município a título oneroso.

§ 3º Os representantes das escolas indígenas, ou escolas de campo serão indicados em reuniões específicas de cada comunidade escolar.

Art. 7º Para cada representante titular deverá ser indicado também um representante suplente.

Art. 8º indicados os respectivos representantes das classes, entidades e escolas, nos termos dos artigos 6º e 7º, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto de nomeação dos conselheiros, indicando o período de mandato.

Parágrafo único. A eleição ou indicação dos representantes titulares das classes e entidades que compõem o Conselho e seus suplentes deverá ocorrer nos 10(dez) primeiros dias do mês de dezembro de segundo ano do mandato do Prefeito, de modo que o Decreto seja publicado até o final do mês.

Art. 9º São impedidos de integrar o Conselho:

I - O Prefeito, Vice- Prefeito e Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau;

II - Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno de recursos do Fundo, bem como seus cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

III - estudantes menores de 16(dezesseis) anos ou que não sejam emancipados;

IV - Pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

- a. Exercam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração na estrutura organizacional do Município;
- b. Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo municipal.

Art. 10. O mandato dos membros do Conselho do Fundeb será de 4(quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e terá início na data de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito e término em 31 de dezembro do segundo ano do mandato posterior.

Art. 11. O Prefeito sucessor não poderá substituir os membros do Conselho, representantes do Poder Executivo municipal, salvo se o representante se desligar do quadro de pessoal.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA E REUNIÕES

Art. 12. O(a) Presidente do Conselho será eleito(a) pelos seus pares na primeira reunião do colegiado, sendo impedido(a) de

ocupar a função os dois representantes indicados pelo Poder Executivo municipal.

Parágrafo Único. O(a) Presidente do Conselho indicará diretamente o seu Vice-Presidente, que o substituirá em suas faltas e impedimentos, bem como o(a) Secretário(a) dentre os conselheiros, salvo se o órgão da educação municipal disponibilizar um servidor para esta função.

Art. 13. O Conselho do Fundeb se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação da Presidência e, neste caso, indicando a pauta de discussão, cujo tema deverá ser prioritário.

Art. 14. As deliberações serão tomadas por maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em casos que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. Das reuniões ordinárias e extraordinárias deverá ser lavrada ata, com indicação dos presentes e descrição sumária das discussões, a ser aprovada pelos membros na mesma ou em próxima reunião.

CAPÍTULO V ,DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. São atribuições do Conselho Municipal do Fundeb:

I - Elaborar parecer sobre as prestações de contas da utilização dos recursos do Fundo, o qual deverá ser apresentado ao Poder Executivo municipal em até (30(trinta) dias antes do vencimento do prazo para a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Paraná;

II - Examinar regularmente os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

III - Supervisionar o censo escolar anual, emitindo parecer a respeito;

IV - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;

V - Acompanhar a aplicação, emitindo parecer a respeito de sua aplicação, dos recursos federais transferidos à conta do:

- a. Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE;
- b. Recursos do Estado à conta do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE;
- c. Recursos federais à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA, analisando a prestação de conta dos recursos e emitindo parecer a respeito de sua aplicação;

VI - Analisar e acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos mediante o Programa de Ações Articuladas - PAR, bem como outros recursos federais transferidos em programas voluntários do FNDE/MEC.

Art. 17. Para o cumprimento de suas atribuições o Conselho poderá, sempre que julgar necessário:

I - Apresentar à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento no sítio da internet do Município;

II - Convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal da Educação ou autoridade educacional competente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30(trinta) dias, ou em prazo menor, se justificada a urgência;

III - Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais deverão concedidos em prazo não superior a 20(vinte) dias, referentes a:

a) Licitação, empenho, liquidação, e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação infantil e ensino fundamental, incluindo os que estão em disponibilidade para instituições conveniadas;

c) Convênios com as instituições conveniadas;

d). Outras informações necessárias ao desenvolvimento de suas atribuições.

IV - Realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) O desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo, ou em construções com recursos financeiros do FNEC/MEC;

b) A adequação do serviço de transporte escolar;

c) A utilização em benefício do sistema de ensino (ou rede municipal de ensino) de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 18. O Conselho atuará com autonomia em suas decisões, em vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo municipal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. O Conselho Municipal do Fundeb em vigor deverá ser adequado aos termos desta Lei até a data de 31 de março de 2021.

Art. 20 Os mandatos dos atuais conselheiros, ou que venham a compor o Conselho para adaptá-lo às exigências da desta Lei, encerram-se na data de 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Os conselheiros cujo mandatos encerram-se antes da data prevista no caput deste artigo terão seus mandatos automaticamente prorrogados até 31 de dezembro de 2022, sendo vedada a sua indicação para o novo mandato.

Art. 21. Nos 10(dez) primeiros dias do mês de dezembro de 2022 deverá haver a indicação de novos conselheiros para mandato de 4(quatro) anos, iniciando-se em data de 1º de janeiro de 2023 e encerrando em 31 de dezembro de 2026, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 22. Até a data de 30 de abril de 2021 o Conselho deverá aprovar, atualizar ou readequar o seu Regimento Interno aos termos desta Lei.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A atuação dos membros do Conselho do Fundeb:

I - Não é remunerada;

II - É considerada como atividade de relevante interesse social;

III - Assegura isenção de obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores, diretores ou de servidores de escola pública, no curso do mandato:

a) A exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária de estabelecimento de ensino em que atuem;

b) A atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

c) O afastamento involuntário injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 24. O Conselho Municipal do Fundeb atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo municipal e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

Art. 25. Caberá ao Poder Executivo municipal garantir as condições de infraestrutura e de apoio material e de pessoal para o funcionamento regular do Conselho, bem como disponibilizar em sítio da internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do Conselho, incluídos:

I - Nome dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - Correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - Ata das reuniões;

IV - Relatórios e pareceres;

V - Outros documentos produzidos pelo Conselho;

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Fortaleza dos Nogueiras- MA, 24 de março de 2021.

Luiz Natan Coelho dos Santos - Prefeito Municipal

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA

Código identificador: 1f0ce50d1b7ffb51240c41234839100

PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2021

Ratificação da Dispensa de Licitação, Ratifico para fins do disposto no art. 26 da lei Federal nº 8.666/93, e à vista do Parecer emitido pelo Assessor Jurídico, a Dispensa de Licitação N.º 010/2021, fundamentada no inciso II do art. 24 da lei supra, cujo objeto é o fornecimento de refeição pronta tipo quentinha para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, junto à empresa RAYSA DOS SANTOS OLIVEIRA 07653111351, Rua Nereu Ramos Nº 1º Andar Centro, Gonçalves Dias - MA, CNPJ: 37.031.455/0001-20, Inscrição Estadual: 12.515.393-7, no valor global de: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Gonçalves Dias- MA, 30 de março de 2021. Antônio Soares de Sena, Prefeito Municipal

Publicado por: VILMAR FEITOSA KRAUSE FILHO

Código identificador: 0147257e05aae5a049a51d15d28762b2

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº

001.1503.2019.12.003.2019

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001.1503.2019.12.003.2019 DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 GONÇALVES DIAS - MA. TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO E EXECUÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS - MA E A EMPRESA RR7 CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE NO MUNICÍPIO. Pelo presente instrumento a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS- MA**, com sede na Praça João Afonso Cardoso, 404 - Centro, Gonçalves Dias/MA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 06.314.827/0001-56, neste ato representado pelo Sr. Antônio Soares Sena, brasileiro, casado, RG: 1394564, SSP/MA, CPF: 470.821.863-04 residente na BR 256, Centro, Gonçalves Dias - MA, e a empresa RR7 CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 21.643.662/0001-50, com sede à Av. Domingos Sertão, nº 1383, sala A, São José, na cidade de Pastos Bons MA, neste ato representado na forma de seu Ato Constitutivo, pelo Senhor Rizomar Diniz Rego, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 000112582599-2 SSP/MA, expedida pela e inscrita no CPF sob o nº 020.811.503-01, ao fim assinados, resolve **ADITAR** o Contrato Nº 001.1503.2019.12.003.2019 derivado da TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2019, com a finalidade da **execução dos serviços de construção de uma academia da saúde no Município**, firmado em 15 de março de 2019, aditando a vigência por mais 90 (noventa) dias, ficando as demais cláusulas sem alteração, de acordo com o Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. **CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO.** Fica prorrogado o prazo inicialmente pactuado de 15 de março de 2019 até 15 de junho